

Filosofia da história ou método histórico? Os usos do marxismo nas controvérsias entre Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui (1927-1930)

ANDRÉ KAYSEL*

Introdução

Um dos lugares-comuns no debate em torno da história das ideias políticas e sociais na América Latina é discutir a adaptação (ou inadaptação) de teorias ou ideologias importadas da Europa para o subcontinente (Hale, 2001, p.331). Por trás dessa perspectiva de análise, não raro está o suposto de uma tensão, ou mesmo contradição, entre as ideias “importadas” e seu contexto de recepção. No que tange à história do marxismo na América Latina, talvez a fórmula mais conhecida nesse sentido seja a de Carlos Franco, na apresentação do livro *Marx e a América Latina*, de José Aricó (1982), para quem a teoria (marxista) e a realidade (latino-americana) “viveriam em mútua e secreta repulsão” (Franco, 1982, p.50). Aqui o autor alude à dificuldade enfrentada quando o materialismo histórico se defronta com formações sociais cujas características desafiam os pressupostos mesmos da teoria, na medida em que estes foram elaborados, tendo-se em vista uma realidade histórica particular: a das sociedades burguesas europeias emergentes em meados do século XIX. Desse modo, a questão que se apresenta é: até onde poderiam ir as pretensões universalistas do legado intelectual de Marx e Engels?

Tal dilema conduz necessariamente à indagação sobre a existência ou não de um marxismo propriamente latino-americano, pergunta cujas dimensões ul-

* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: andre.kaysel@gmail.com

trapassam os limites deste texto.¹ O que pretendo aqui é situar historicamente as origens das questões e abordagens que irão, ao longo do tempo, definir os contornos próprios do pensamento marxista na América Latina. Para tanto, proponho localizar esse ponto de partida em duas polêmicas travadas no final da década de 1920, envolvendo posições vinculadas ao movimento comunista internacional, e uma outra, que propugnava a constituição de uma esquerda latino-americana independente deste último.

Assim, este trabalho procura reconstituir os termos das polêmicas travadas, entre 1927-1930, entre os peruanos José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Víctor Raúl Haya de La Torre (1893-1979) e entre este último e o cubano Julio Antonio Mella (1903-1928). Segundo alguns autores (Aricó, 1987; Portantiero, 1990; Godio, 1983), as duas controvérsias estabeleceram as problemáticas que balizariam os termos do debate marxista latino-americano ao longo do século XX. Nesse sentido, a questão subjacente às posições dos três autores seria aquela, aludida logo de início, da universalidade de uma vertente da teoria política, em confronto com a singularidade de uma realidade histórico-social.

Caberia indagar, no entanto, sobre o estatuto do marxismo para cada um dos interlocutores. Dito de outro modo, como Mella, Haya de La Torre e Mariátegui entendiam e empregavam o marxismo? Qual seria a relação dessas apropriações com suas diferentes tomadas de posição substantivas? São justamente estas as perguntas que orientam este artigo.

Nas páginas que se seguem procurarei identificar o lugar do marxismo nas duas polêmicas, vinculando-o aos problemas substantivos que as organizaram, em particular os da atuação do imperialismo e do caráter da revolução na América Latina. Procurarei demonstrar que, ainda que se opusessem frontalmente em seus diagnósticos e propostas políticas, Mella e Haya de La Torre compartilhariam implicitamente um mesmo entendimento do marxismo enquanto filosofia da história, divergindo sobre sua aplicabilidade ou não à América Latina. Em seguida, assinalarei como Mariátegui, por seu turno, atrelaria suas divergências programáticas com seu compatriota a uma compreensão diferente do materialismo histórico, empregando-o como método histórico de interpretação.

Isso teria permitido a Mariátegui buscar a superação entre o universalismo da teoria e o particularismo da realidade que caracterizaria a discussão entre Haya de La Torre e Mella, propondo uma recriação do marxismo a partir da realidade latino-americana. Por fim, procurarei realizar um balanço destas controvérsias à luz de distintas leituras da história do marxismo na região.

1 Apenas à guisa de sugestão, diria que mesmo concordando parcialmente com Munk (2007) sobre o fato de que não se pode falar em um marxismo “latino-americano”, no mesmo sentido em que se poderia falar em um “asiático” – no caso do maoísmo –, ou ainda de um “russo” – representado pelo leninismo –, creio ser possível sustentar que a tradição marxista na América Latina se singularizou por um corpo de temas e problemas característicos, como seria o caso, por exemplo, do conceito de “dependência”.

Filosofia da história universal ou europeia?

Tanto Victor Raúl Haya de La Torre como Julio Antonio Mella iniciaram suas carreiras políticas como dirigentes estudantis no bojo do movimento continental da reforma universitária,² projetando-se no cenário político de seus países, propugnando por uma aliança entre os estudantes e as classes trabalhadoras (Teixeira, 2001, p.19). Em ambos os casos, tal aproximação teve como instrumento privilegiado a criação, por parte das respectivas federações estudantis, de Universidades Populares, voltadas aos operários: no primeiro caso, as Universidades Populares “Manuel Gonzalez Prada” e, no segundo, as Universidades Populares “José Martí”, diretamente inspiradas no exemplo peruano (Teixeira, 2001, p.30 e 48).

Após ter sido preso pelo governo ditatorial de Augusto B. Leguía, em 1923, Haya de La Torre foi deportado para o Panamá, de onde seguiu para Cuba, sendo recebido por Mella, que não apenas o acompanhou durante sua estada, como escreveu um artigo de homenagem ao visitante peruano no número de novembro/dezembro de *La Juventud*, órgão da Federação dos Estudantes de Cuba (Teixeira, 2001, p.49). Em seguida, Haya de La Torre foi ao México, cujo ministro da Educação, José Vasconcelos, lhe oferecera um emprego como secretário e onde fundaria, em 1924, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Inicialmente pensada como uma “frente única de trabalhadores intelectuais e manuais”, a APRA tinha como seu principal objetivo a união dos povos latino-americanos – ou “indo-americanos”, como preferia seu fundador – contra o imperialismo dos EUA e as elites locais que o apoiavam. Como os cinco pontos básicos de seu programa máximo, o manifesto de criação da APRA enumerava:

1. Ação contra o imperialismo ianque;
2. Pela unidade da América Latina;
3. Nacionalização de terras e indústrias;
4. Internacionalização do Canal do Panamá;
5. Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo (Haya de La Torre, 2008b, p.70).³

Configurava-se, assim, um programa anti-imperialista, nacionalista, latino-americanista e socializante que deveria unir intelectuais, trabalhadores e campo-

2 O movimento pela reforma universitária, iniciado em Córdoba (Argentina), em 1918, alastrou-se por diversos países do continente, demandando a participação dos estudantes no governo das universidades, a liberdade de cátedra, a modernização dos currículos e agitando ideias latino-americanistas, anti-imperialistas e de reforma social. Para uma abordagem clássica do tema, seguida de uma coleção de documentos dos movimentos estudantis do período, cf. Portantiero (1978).

3 O manifesto de criação da APRA apareceu pela primeira vez em inglês, sob o título “What is the APRA?”, na revista *Labour Monthly*, v.8, n.12, 1926. Dez anos mais tarde, o autor iria incluí-lo como primeiro capítulo de *El Antimperialismo y el APRA*, com o título “Que és el APRA?”. Aqui emprego a versão desta última obra, presente nas *Obras Escojidas de Victor Raúl Haya de La Torre*. Todas as traduções do espanhol foram feitas por mim.

neses em um partido-frente de âmbito latino-americano. Devido à ruptura entre Haya e Mariátegui e, depois, à sua virada à direita nos anos 1950, é fácil subestimar retrospectivamente a influência marxista e mesmo leninista em suas formulações originais. Por exemplo, no já citado manifesto de criação da APRA, se pode ler o seguinte diagnóstico sobre a situação da América Latina à época:

1°. As classes governantes dos países latino-americanos – grandes proprietários de terras, grandes comerciantes e as incipientes burguesias nacionais – são aliadas do imperialismo.

2°. Essas classes têm em suas mãos o governo de nossos países em troca de uma política de concessões, empréstimos e outras operações que os latifundiários, burgueses, grandes comerciantes e os grupos ou caudilhos políticos dessas classes negociam ou participam com o imperialismo.

3°. Como um resultado dessa aliança de classes, as riquezas naturais de nossos países são hipotecadas ou vendidas, a política financeira de nossos governos se reduz a uma louca sucessão de empréstimos e nossas classes trabalhadoras, que têm que produzir para os amos, são brutalmente exploradas. (ibid., p.72-73)

Assim, o autor esboça um quadro de monopólio do poder estatal por uma coalizão das classes dominantes – incluindo as “incipientes burguesias nacionais” –, que, em estreita aliança com o imperialismo, explorariam “brutalmente” os trabalhadores latino-americanos. Ou ainda, ao discutir os obstáculos à unidade da América Latina, afirma a necessidade, para derrotar a aliança entre as classes dominantes latino-americanas e o imperialismo estadunidense, de se tomar o poder estatal, socializar a produção e constituir uma federação de Estados no âmbito continental (ibid., p.74).

Desse modo, o autor apontava para um horizonte explicitamente socialista para a América Latina, como única alternativa à condição colonial que o capitalismo lhe reservaria (ibid., p.76). Como bem sintetizou Nelson Manrique, ao comentar o pensamento de Haya de la Torre entre os anos 1920 e o início dos 1930, as premissas de *El antiimperialismo y el APRA* seriam marxistas na medida em que o autor preconizava a tomada do poder de Estado pelos produtores e a socialização dos meios de produção como pré-condições para a resolução dos problemas do Peru e do subcontinente como um todo (Manrique, 2009, p.31).

Contudo, o fundador da APRA não era, nem nunca seria, um adepto do marxismo leninismo. Aliás, seu pensamento se constituiu em aberto confronto com este, o qual considerava inadequado para compreender a realidade latino-americana. Para Haya de la Torre, o uso do marxismo pela intelectualidade latino-americana era mais um exemplo de importação ideológica, como se pode ver pela seguinte passagem:

Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum

espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos. (Haya de la Torre, 2002a, p.49)

Anos mais tarde, o autor argumentaria que os ritmos da história universal variariam no espaço e no tempo, de acordo com os distintos modos de inserção das sociedades humanas na civilização. Essa leitura, fundamentada nas obras de Arnold Toynbee, Oswald Spengler, Hegel e em um uso livre da teoria da relatividade de Einstein,⁴ ficaria conhecida como “espaço/tempo histórico” (Haya de la Torre, 2008c, p.11-13).

Desse modo, se o marxismo era uma doutrina aplicável à realidade europeia, pois pertencia a seu espaço/tempo histórico, não o seria para a realidade indo-americana. Um bom exemplo dessa combinação de relativismo espaço/temporal e evolucionismo é fornecido pela concepção de Haya a respeito do fenômeno imperialista:

O aprismo, sintetizando seus pontos de vista teóricos, considera que o imperialismo, última etapa do capitalismo nos povos industriais, representa, entre os nossos, a primeira etapa. Nosso capitalismo nasce com o advento do imperialismo moderno. Nasce, pois, dependente e como resultado da culminação do capitalismo na Europa (...). (Haya de la Torre, 2002b, p.63)

Dessa maneira, se o autor endossa a definição leninista do imperialismo como “fase superior do capitalismo”, ele a restringe à Europa. Na Indo-América, o imperialismo teria sido, pelo contrário, sua primeira fase. O capitalismo seria uma etapa histórica destinada a ser substituída por outra – o socialismo –, mas seria um degrau do desenvolvimento histórico inescapável para todas as sociedades humanas.

Diante desse diagnóstico, o fundador da APRA rejeitava as teses que sustentavam, de um lado, a superação da dependência econômica por meio de uma revolução socialista ou, por outro, a conciliação da independência com o desenvolvimento capitalista. No primeiro caso, se ignoraria o caráter embrionário do capitalismo latino-americano. Já no segundo, desconhecia-se o obstáculo representado pelos capitais imperialistas, os quais não admitiriam a competição dos países da região (ibid., p.61-62).

4 Para a repercussão da ideia de Einstein, segundo a qual espaço e tempo seriam categorias relativas, bem como de outras novas correntes filosóficas no pensamento latino-americano da década de 1920, cf. Funes (2006, p.45-68 e 75-79).

Para Haya, a solução do impasse estaria na constituição de um Estado anti-imperialista, o qual, por meio de uma progressiva nacionalização das fontes de produção, regularia os intercâmbios do país com o exterior, impedindo o capital imperialista de ameaçar a soberania nacional. Esse Estado seria, em sua visão, um órgão de defesa das classes produtoras: camponeses, operários e classes médias (ibid., p.65).

A massa de pequenos proprietários e “trabalhadores intelectuais” era vista por Haya como elemento fundamental da aliança policlassista, pois, além de ser prejudicada pelo imperialismo, teria as condições – ausentes nas duas primeiras classes – para exercer um papel de liderança no novo Estado. Assim, a aliança entre operários, camponeses e a classe média, encabeçada por esta última, formaria o pilar do “Estado anti-imperialista”, o qual deveria dirigir o processo de desenvolvimento capitalista autônomo.

As divergências entre apristas e comunistas vieram à tona durante o Congresso Mundial Anti-Imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927), conduzindo à ruptura.⁵ Esse desfecho se deveu ao fato de que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas, organizadas pela Internacional Comunista (IC), a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina, o que o levou a afirmar a APRA como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (Montesinos, 2002, p.34-35). Em relato retrospectivo, o líder peruano diria:

A influência e o controle do Partido Comunista resultaram inocultáveis naquela assembleia, que reuniu as mais ilustres figuras da esquerda mundial. Apesar da forte pressão comunista e do ambiente de fácil otimismo, frequente em tais assembleias, mantivemos nossa posição ideológica e o caráter da APRA como organismo político autônomo, tendente a constituir-se em partido [...]. Nos debates, negamo-nos a ficar incluídos sob o comando da Liga Anti-Imperialista Mundial, que, sabíamos, era uma organização completamente controlada pela Terceira Internacional, não no interesse da luta anti-imperialista, senão a serviço do comunismo. (Haya de La Torre, 2008b, p.82-83)

Já Julio Antonio Mella, um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba em 1925, forçado a se exilar pela ditadura de Gerardo Machado, se estabeleceu na Cidade do México. Após o Congresso Anti-Imperialista de Bruxelas, do qual também participou como delegado, diante da ruptura entre os apristas e os comunistas, publicou, em 1928, em *El Machete*, órgão do Partido Comunista Mexicano, um duro panfleto contra Haya de La Torre, intitulado provocativamente “Qué es

5 Este evento, promovido pela Internacional Comunista (IC) e pelo “Kuomintang”, com o apoio do governo mexicano de Plutarco Elías Calles, contou com a participação de 200 delegados de 37 países e colônias, representando ao todo 134 organizações (Prashad, 2007, cap. 2).

el ARPA?”. O texto se inicia com uma dura crítica ao programa da APRA, para demonstrar seu caráter reformista. No que tange, por exemplo, à defesa de “nacionalização de terras e indústrias”, Mella afirma:

“Nacionalizar” pode ser sinônimo de “socializar”, com a condição de que seja o proletariado que ocupe o poder por meio de uma revolução. Quando se diz ambas as coisas: “nacionalização” e em mãos do proletariado e do novo Estado (proletário), se está falando marxistamente. Porém, se se diz a seco, “nacionalização”, se está falando com a linguagem de todos os reformistas e enganadores da classe operária. (Mella, 1975, p.85)

Dessa maneira, Mella (ibid., p.87) acusa o programa formulado por Haya de La Torre de ser propositalmente ambíguo. Tal ambiguidade se explicaria pela base social à qual o autor pretendia apelar, à pequena burguesia, que constituiria o principal apoio da APRA e de sua ideologia.

Segundo o comunista cubano, para que a ideia defendida por Haya do deslocamento do marxismo e, por conseguinte, dos PCs em relação à América Latina estivesse correta, seria necessário provar que o subcontinente não experimentava o avanço das forças produtivas, das relações de exploração capitalistas e, por conseguinte, desconheceria a classe operária. “Porém”, dizia o militante cubano:

a América Latina não é um continente de Júpiter, mas sim da Terra. É algo elementar para todos que se dizem marxistas [...] que a aplicação de seus princípios é universal, posto que a sociedade imperialista é universal. (ibid., p.89)

Aqui se exprime claramente o dilema abordado na introdução deste artigo, isto é: o da contradição entre uma teoria supostamente universal e uma realidade histórica que parece fugir ao seu escopo. Fica claro pelo trecho acima que Mella não reconhecia o problema, supondo que, simplesmente por se inserir na órbita do imperialismo, a América Latina não ofereceria quaisquer dificuldades à “aplicação” do materialismo histórico e do leninismo. Aliás, o próprio Mella é bastante explícito a esse respeito:

Finalmente, estamos com o leninismo, isto é, com o comunismo, pois o proletariado já seguiu esse caminho e os fatos confirmam a necessidade de aplicar a doutrina comunista a cada um dos fenômenos sociais da América. (ibid., p.100)

O texto de Mella levou Haya de La Torre a redigir, no mesmo ano, um livro como resposta.⁶ Anos mais tarde, quando vivia clandestinamente no Peru após

6 Como, aliás, o próprio líder aprista relataria mais tarde: “Com tal propósito escrevi este livro, para refutar os argumentos de Mella, elevando, o quanto possível, o plano polêmico, para responder aos

a proscrição do Partido Aprista Peruano, Haya retomaria o projeto de publicar o trabalho, que viria à luz em 1936, em Santiago do Chile, com o título *El antimperialismo y el APRA*, convertendo-se no mais importante livro de Haya de La Torre.

Logo na nota introdutória, pode discernir-se bem como o líder aprista respondia às objeções de seus interlocutores terceiro-internacionalistas:

Os que se colocam nos pontos extremos da alternativa política contemporânea – comunismo ou fascismo – se esquecem da dialética marxista e consideram impossível um caminho de síntese. E se esquecem de algo não menos importante: que tanto o comunismo como o fascismo são fenômenos especificamente europeus, ideologias e movimentos determinados por uma realidade social cujo grau de evolução econômica está muito longe da nossa. Já Engels escrevia em *O Anti-Dühring*, quem quiser subordinar às mesmas leis a economia da “Terra do Fogo” e a da Inglaterra atual, evidentemente não produziria senão lugares-comuns da maior vulgaridade, porque a economia política é, fundamentalmente, uma ciência histórica [...] (Haya de La Torre, 2008b, p.21)

Além da reafirmação das diferenças que separam a Europa e a América Latina, o que salta aos olhos nessa passagem é a reivindicação do marxismo, patente na citação feita do conhecido trabalho de Engels. Fica claro que, neste momento de sua obra, Haya reivindicava o marxismo, considerando que o aprismo seria sua adaptação, ou aplicação “realista”, adequada às condições latino-americanas.⁷

O que talvez mais chame a atenção na polêmica entre o cubano e o peruano seja o antagonismo entre o marxismo leninismo do primeiro e o nacionalismo popular⁸ do segundo. Como afirma Julio Godio, Mella opunha ao policlassismo de hegemonia pequeno-burguesa, defendido por Haya, um classismo abstrato (Godio, 1983, p.125). Essa oposição estanque acabaria por criar dificuldades, em muitos casos, ao enraizamento dos comunistas nas culturas políticas radicais pré-existentes na América Latina.

críticos de extrema-esquerda e direita que então já cresciam amiúde, e para expor analiticamente as ideias centrais de minha doutrina” (Haya de La Torre, 2008b, p.11). Porém, a obra não seria publicada, segundo Haya, em parte por falta de recursos, mas também pela tentativa do autor de ir à Nicarágua combater ao lado das forças de Sandino, plano esse frustrado pelo governo do Panamá, que o deteve, deportando-o para a Europa. Além disso, a notícia da morte de Mella acabou levando Haya a abandonar a publicação de sua resposta.

7 Somente duas décadas mais tarde (1948), Haya afirmaria o aprismo como “alternativa” ao marxismo e não mais como sua aplicação criativa às condições latino-americanas. Nessa obra, o autor reivindicaria “El antimperialismo y el APRA” como precursor da tese do “espaço/tempo histórico” (Haya de La Torre, 2008b, p.14), escamoteando as mudanças que se haviam produzido durante esse período em seu pensamento.

8 Por nacionalismo popular entendo uma variante dos nacionalismos latino-americanos caracterizada por um discurso anti-imperialista e antioligárquico, combinando a defesa da soberania nacional e de reformas sociais. A esse propósito, cf. Kaysel (2018, Introdução).

Porém, me parece que há outro aspecto menos evidente e talvez contraintuitivo: a concordância implícita entre ambos sobre como entender o marxismo. O uso compartilhado de expressões como “leis”, “princípios”, “doutrina” e “aplicação” sugere que tanto Haya como Mella pensariam o materialismo histórico como uma filosofia da história, que explicaria o desenvolvimento das sociedades humanas em função de um fim último ao qual tenderiam. A divergência se daria em torno de sua aplicabilidade ou não na América Latina, isto é, o que estaria em questão seria sua pretensa universalidade. Em síntese, a controvérsia entre Mella e Haya de La Torre instaurou uma polarização entre o “universal” e “abstrato” e o “particular” e “concreto” que não permitia nenhum tipo de síntese.

Filosofia da história ou método histórico?

A ruptura entre a APRA e a IC não levou, imediatamente, a um confronto análogo entre Haya e seu compatriota José Carlos Mariátegui. Pouco depois do enfrentamento ocorrido em Bruxelas, os representantes do *Comintern* exortaram Mariátegui a romper com Haya e fundar um Partido Comunista no Peru.⁹ Mas as razões para evitar, em 1927, a ruptura com a APRA foram dadas pelo próprio Mariátegui, em texto escrito pouco depois.

Desde seu regresso da Europa, em 1923, o jornalista e militante peruano pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (Mariátegui, 1995a, p.202). Contudo, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus primórdios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves operárias e manifestações estudantis de 1918-1919.¹⁰ Nessas condições, viu na fundação da APRA a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Foi nesse mesmo espírito que fundou, em 1926, a revista *Amauta*: “como órgão deste movimento, como tribuna de definição ideológica [...]” (ibid., p.202).

Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do Grupo de Lima, isto é, o círculo de intelectuais e sindicalistas organizados em torno de *Amauta* e de seu editor, o Partido Socialista do Peru (ibid., p.203).

9 Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927 para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com a APRA e fundar em seu país um Partido Comunista (cf. Quijano, 1991, p.197). A relação de Mariátegui com a IC é um tema complexo, que escapa aos limites deste artigo. Sobre o assunto, cf. Galindo (1994) e Pericás (2011).

10 Referência à convergência, entre 1918-1919, da luta estudantil pela reforma universitária na Universidade de São Marcos com a dos trabalhadores de Lima pela jornada de oito horas e contra a carestia que acabou por abalar decisivamente o último governo civilista, acelerando a crise da “República aristocrática” (1895-1919). Sobre o tema, cf. Galindo e Burga (1994) e Klaren (2004).

O primeiro abalo viria no início daquele ano, quando Haya de La Torre comunica, a partir do México e sem consultar a célula aprista do Peru sua decisão de transformar o APRA em um partido nacionalista peruano – o Partido Nacionalista Libertador (PNL) – e lançar-se como candidato à Presidência da República.

Confrontado com essa decisão, Mariátegui a questionou em carta enviada à célula aprista do México em abril. Nela, o marxista rejeita a ideia de criar um Partido Nacionalista Peruano sem enraizamento popular, pois a considerava uma tática típica da “velha política *criolla*” e estranha aos fins do movimento aprista (Mariátegui, 1991b, p.130-131). A ruptura ocorreu em maio, após a resposta de Haya acusando Mariátegui de “europeísta” e exigindo que se discipline “não com a Europa revolucionária”, mas “sim com a Indo-América revolucionária” (apud Quijano, 1991, p.122).

O rompimento é publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário de *Amauta*: “Aniversário y balance”, publicado no número 17, em setembro de 1928. O artigo explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção do subcontinente em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo:

A mesma palavra “revolução”, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. [...] Temos que lhe restituir seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-Americana será nada mais, nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista. (Mariátegui, 1991a, p.126)

Para o autor, o socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e de impérios” em que o continente só poderia ter o papel de “colônia”. Dessa maneira, a revolução latino-americana não poderia ser pensada fora do contexto histórico mundial no qual a região se inseria:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém, nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é, nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específica nem particularmente europeu. É um movimento mundial ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares. (ibid., p.127)

Tomar parte no movimento histórico universal não era impeditivo de fazê-lo a partir de características e linguagem próprias, daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região:

Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. (ibid., p.128)

Se Haya de La Torre apontava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procurava conciliar as pretensões universalizantes desta última com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do subcontinente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que sublinhando sua particularidade, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

Esse problema de fundo perpassa as divergências substantivas entre os dois autores, acerca do imperialismo e do programa revolucionário para a região. Por exemplo, em *Punto de vista anti-Imperialista*, tese enviada por Mariátegui como contribuição à primeira Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos – realizada em Buenos Aires, em 1929 –, o autor começa por propor uma diferenciação interna entre os chamados países “semicoloniais”. De um lado, haveria aqueles – representados na América Latina pela América Central e o Caribe – que vivenciam a intervenção política e militar direta do imperialismo e onde, por conseguinte, a burguesia e a pequena burguesia poderiam assumir uma postura nacionalista ou anti-imperialista. De outro, haveria países – como os da América do Sul – nos quais, em que pese o caráter semicolonial da economia, a burguesia se sentiria suficientemente dona do poder político para não se preocupar com a soberania nacional, associando-se ao capital estrangeiro sem reservas (Mariátegui, 1991d, p.202). Em cada uma dessas configurações haveria uma relação diferente entre o anti-imperialismo, as classes sociais e o programa revolucionário:

A formação de partidos de classe e poderosas organizações sindicais, com clara consciência classista, não se apresenta destinada nesses países, ao mesmo desenvolvimento imediato que na América do Sul. Em nossos países o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. (ibid., p.206)

O autor peruano afirmava que a pequena burguesia não poderia ser o sustentáculo de uma política anti-imperialista consequente, o que seria ilustrado pela tendência do regime pós-revolucionário mexicano à conciliação com o imperialismo dos EUA:

Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem fazer uma política anti-imperialista consequente. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou pactuando com o imperialismo *yankee*. (ibid., p.205)¹¹

Portanto, ao contrário de Haya de La Torre, Mariátegui não acreditava que o anti-imperialismo pudesse ser o cerne de um programa revolucionário, devendo este basear-se na luta de classes e no socialismo. Quanto à pequena burguesia e a aposta que o líder aprista fazia em seu potencial revolucionário, o marxista sustenta que seus interesses concretos não são necessariamente antagônicos aos do imperialismo. Ao contrário, com o crescimento da presença de empresas de capital estrangeiro, as classes médias veriam aumentar suas possibilidades de emprego e ascensão social, fugindo à “empregomania” que as atrelavam aos pequenos cargos públicos (ibid., p.208).

Embora em suas concepções sobre o caráter da revolução tanto Haya de La Torre, como Mariátegui se reportassem à nação e ao nacionalismo, o fizeram de modo distinto. Se o primeiro defendia a construção da nação por meio de um “capitalismo de Estado” com base em um arranjo policlassista, o segundo sustentava que a autonomia nacional só poderia se dar por meio de uma revolução socialista, levada a cabo pelo proletariado e o campesinato indígena, no caso do Peru e dos países andinos. Desse modo, não é por acaso que, no segundo dos seus *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, dedicado justamente à questão indígena, Mariátegui afirme que: “Neste instante de nossa história, não há como ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista” (Mariátegui, 2008, p.28).

Assim, onde Haya de La Torre procura distinguir ou opor nacionalismo e socialismo, seu interlocutor tenta uni-los. Cerca de um ano antes do rompimento com o líder da APRA, no segundo artigo de uma discussão com outro intelectual peruano, Luís Alberto Sánchez,¹² Mariátegui precisa esse raciocínio:

O nacionalismo das nações europeias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, propõe fins imperialistas, sendo reacionário e antissocialista. Mas o nacionalismo dos povos coloniais [...] tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, culmina no socialismo. Nesses povos a ideia da nação não cumpriu ainda sua trajetória, nem esgotou sua missão histórica. (Mariátegui, 1995b, p.250)

No que diz respeito ao marxismo, cabe precisar que o entendimento que tinham dele os dois autores era significativamente distinto, sendo essa diferença um fator

11 Essa crítica ao regime pós-revolucionário mexicano é claramente dirigida a Haya de La Torre, que tomava a Revolução Mexicana como modelo para sua concepção do “Estado anti-imperialista” (cf. Haya de La Torre, 2002b, p.55-60).

12 Interessante notar que Sánchez, após 1931, aderirá à APRA, sendo um dos mais destacados dirigentes e intelectuais do partido, mantendo uma longa e importante correspondência com Haya de La Torre. Sobre isso, cf. Manrique (2009).

importante para entender os fundamentos da polêmica ora em exame. Como afirma Oliveiros Ferreira (1971, p.275), o marxismo para Haya de La Torre era compreendido como uma filosofia da história, construída a partir da observação das condições gerais do capitalismo inglês do século XIX, a qual teria sido transformada, por obra dos “repetidores”, em antevisão necessária do futuro da humanidade. Seria só por meio dessa redução do materialismo histórico a um de seus aspectos que se poderia compreender a defesa, por parte do líder aprista, de sua “inaplicabilidade” à Indo-América.

Se se tiver em mente as afirmações de Haya, discutidas acima, de que a América Latina teria de passar por um estágio capitalista antes de chegar ao socialismo, ou a citação que o autor faz de Engels para sustentar a inadequação do esquema evolutivo marxista à história latino-americana, constata-se que as observações de Ferreira acerca da leitura do fundador da APRA sobre Marx estão fundamentalmente corretas. Em suma, a grande ironia do aprismo é que, ao pretender superar o marxismo – ou uma de suas dimensões –, acaba reafirmando justamente aquilo que pretendia negar: a filosofia da história formulada a partir da Europa, defendida pelos marxistas da Segunda e da Terceira Internacionais (ibid., p.277).

Mariátegui, por seu turno, tinha um entendimento completamente diferente do marxismo. Para compreender sua leitura, vale a pena citar uma passagem de uma de suas últimas obras: *Defensa del marxismo*. Neste trabalho, o autor peruano afirmava:

O materialismo histórico não é, precisamente, o materialismo metafísico ou filosófico, nem é uma filosofia da história, deixada atrás pelo progresso científico. Marx não teria por que criar mais do que um método de interpretação histórica da sociedade atual. (Mariátegui, 1991c, p.15)

Mariátegui desejava, dessa forma, enfatizar a necessidade de, para ser realmente coerente com o método de Marx, partir não de categorias válidas para qualquer realidade, mas sim de um exame concreto de situações concretas. Com isso, queria rejeitar tanto os críticos do marxismo quanto a ortodoxia. Os primeiros, por acusarem o marxismo de ser uma imposição teórica estranha à realidade da Indo-América ou do Peru, e os segundos, por pretenderem aplicar indiscriminadamente certos modelos e conceitos a realidades completamente díspares.¹³

Aqui é importante lembrar que Mariátegui entrou em contato com o marxismo na Itália de início dos anos 1920, na qual o materialismo histórico se renovava no diálogo crítico com autores idealistas como Benedetto Croce, Piero

13 Paris (1980, p.153) sugere que, embora os alvos explícitos de Mariátegui em *Defensa del marxismo* fossem revisionistas europeus, como o belga Henry De Man, a obra também seria dirigida a Haya de La Torre, hipótese esta que me parece plausível.

Gobetti ou o francês Georges Sorel (Paris, 1980, p.81).¹⁴ Já Haya viveu seus primeiros exílios europeus na URSS e na Inglaterra (1924-1926). No primeiro caso, conheceu um marxismo já em processo de codificação para se tornar a ideologia oficial de um Estado: o “marxismo leninismo”. Já na Inglaterra, recebeu a influência de uma tradição socialista – a dos fabianos e do trabalhismo – que, ainda que dialogassem com o marxismo, respondiam mais a uma cultura política especificamente inglesa. Haya cita, explicitamente, tanto o trabalhismo inglês como os fabianos, em seu “discurso/programa” proferido durante a campanha eleitoral para a presidência do Peru em 1931. Ao abordar a vinculação entre “trabalhadores manuais e intelectuais” que seria a base do aprismo, o líder afirma:

este fenômeno não é novo. Assim ocorreu na Inglaterra, onde se fundou o Partido Trabalhista. Ali se produziu a iniciativa do mineiro Keir Hardie, a aliança do proletariado com os intelectuais da Sociedade Fabiana. Este operário, saído das minas de Gales, pensou que não era possível ainda para o proletariado inglês, apesar de sua velha organização e de seu tempo já longo de vida como classe, uma ação política independente, então os operários das *trade unions* se juntaram com os intelectuais fabianos, formando esse grande partido de esquerda que se chama Labour Party. (Haya de La Torre, 2008a, p.36-37).

Dessa maneira, Haya de La Torre e Mariátegui, a partir de suas respectivas experiências europeias, estabeleceram relações muito distintas com o marxismo. Enquanto o primeiro, entre o marxismo leninismo soviético e o liberal-socialismo Fabiano, toma distância do materialismo histórico enquanto filosofia da história, o segundo, entrando em contato com um pensamento marxista renovado na Itália pré-fascista, o assume enquanto método histórico de interpretação da realidade.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurei reconstituir os termos em que se deram as controvérsias entre Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui, entrelaçando os problemas políticos substantivos que os mobilizaram e os usos que cada um fez do marxismo. Quanto aos primeiros, podemos dividi-los em duas questões fundamentais, intimamente imbricadas: a atuação do imperialismo na América Latina e o programa revolucionário adequado à região.

Já no que diz respeito ao lugar do marxismo, se pode identificar uma configuração aparentemente paradoxal. O militante comunista cubano e o líder da APRA, ao mesmo tempo que forneciam respostas antagônicas às questões do imperialismo

14 Cabe notar que estas são também algumas das principais referências para Antonio Gramsci, na época redator de *L'Ordine Nuovo* e um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI) no Congresso de Livorno (1921), ao qual Mariátegui assistiu. Assim, as semelhanças que frequentemente se observam entre o sardo e o peruano se devem ao fato de que ambos compartilharam um mesmo contexto intelectual (cf. Aricó, 1978, p.XLII).

e da revolução, tendiam a pensar o marxismo em chave semelhante, enquanto filosofia da história, divergindo sobre sua aplicabilidade universal ou não. Daí a polêmica se cristalizar em uma oposição estanque entre o universalismo da teoria e o particularismo da realidade local.

Mariátegui, por sua vez, além das divergências programáticas que o conduziram à ruptura com Haya, possuía também uma visão diferente do materialismo histórico, recusando sua definição como filosofia da história e assumindo-o como método histórico de interpretação da sociedade. Daí que o jornalista e militante peruano rejeitasse a oposição entre a teoria e a realidade, promovendo uma síntese/superação entre a universalidade da primeira e a particularidade da segunda.

Como pensar essa polêmica, no que diz respeito ao problema aqui proposto, à luz das leituras acerca da história do marxismo na América Latina? Aqui trabalharei com algumas das tentativas de proporcionar uma interpretação sintética do conjunto.

Uma primeira interpretação, proposta por Michael Löwy, aponta como problemática central para entender a história do marxismo latino-americano o tema da teoria da revolução. Para este autor, a teoria da revolução seria fundamental na medida em que articularia, de um lado, uma interpretação das formações sociais latino-americanas, e, de outro, o encaminhamento de questões de estratégia e tática política (Löwy, 2006, p.9).

Nesse sentido, a grande divisão no interior do marxismo latino-americano estaria entre os que defenderiam o caráter ininterrupto, ou “socialista”, da revolução latino-americana, e aqueles que, acreditando que o socialismo não estaria na ordem do dia na região, propugnariam uma revolução por etapas (ibid., p.10). As duas “tentações”, o “exotismo” e o “eurocentrismo”, ainda que antitéticas do ponto de vista teórico, acabariam se aproximando na conclusão de que a América Latina não estaria madura para o socialismo (ibid., p.10). Já aqueles autores, cujos exemplos mais ilustrativos seriam Mella, Mariátegui e Ernesto Che Guevara, que procuraram promover uma síntese/superação dos dois polos, teriam concluído que a revolução latino-americana teria um caráter socialista (ibid., p.10).

Uma segunda corrente interpretativa, representada por Juan Carlos Portantiero e José Aricó, propõe como problema fundamental o de:

escolher entre uma aplicação do pensamento marxista à realidade latino-americana, como se o marxismo tivesse sido um modelo universal, ou uma produção direta a partir das realidades locais. (Portantiero, 1990, p.333)

Esse modo de formular a questão é tributário dos conceitos gramscianos de “tradução” e de “tradutibilidade”,¹⁵ os quais sugerem que a circulação das ideias

15 Antonio Gramsci, em várias de suas notas carcerárias, pensou o conceito de tradução, para além daquela que ocorre entre línguas naturais, abarcando as traduções entre linguagens científicas e filosóficas, entre momentos históricos ou culturas nacionais (Liguori; Voza, 2017, p.781-782).

e ideologias, no tempo e no espaço, implicaria sempre sua tradução e, portanto, recriação, para que sejam inteligíveis em seus contextos de destino.

As polêmicas entre Mella, Haya e Mariátegui, pensadas desde um ou outro critério de interpretação histórica, podem ser vistas de maneiras diferentes. Se observada desde o ângulo da teoria da revolução, como proposto por Löwy (2006), é forçoso concluir, como faz o autor, que Mella e Mariátegui convergem na defesa de uma revolução socialista para a América Latina, encabeçada pelo proletariado, em oposição a Haya, que defenderia um programa nacionalista popular, apoiado sobretudo na pequena burguesia, similar àquele empreendido pelo Estado mexicano pós-revolucionário.

Contudo, se encarada desde a perspectiva da tradução/tradutibilidade, como sugerido por Aricó (1987) e Portantiero (1990), o quadro resultante é outro. O antagonismo entre Mella e Haya de La Torre se exprimiria em termos da “mútua e secreta repulsão” entre teoria e realidade, para resgatar a expressão de Franco (1982). Já a empreitada de Mariátegui se orientaria, justamente, para a síntese/superação desse impasse, propondo-se a recriar o marxismo a partir dos elementos históricos e culturais locais.

Tal conclusão se aproxima da categoria de “nacionalização” do marxismo, proposta de maneira paralela por Bernardo Ricupero (2000) e Luís Tapia (2002). Pensando a obra do brasileiro Caio Prado Jr., Ricupero (2000, cap. 3) entende a nacionalização como o processo de tradução da teoria para condições nacionais distintas daquelas de seu contexto de origem. Já Tapia (2002), estudando o pensamento do boliviano René Zavaleta Mercado, a define como a capacidade de empregar a teoria para a produção de conhecimento local.

É verdade que essa maneira de encarar a obra de José Carlos Mariátegui é passível de objeções, como fazem Omar Acha e Debora de Antonio (2010, p.210-211), para os quais, tanto a abordagem de Löwy, como a de Aricó e Portantiero, partiriam de uma noção excessivamente genérica da realidade latino-americana, que não levaria devidamente em conta a sua multiplicidade. Daí o privilégio concedido ao autor dos *Siete ensayos*, que seria tido como marxista representativo do conjunto do continente, quando seu pensamento se formou a partir de um contexto muito particular, o do Peru e da zona andina, o que o tornaria dificilmente extensível a zonas tão diversas como são o Cone Sul, o Brasil ou o Caribe (Acha; De Antonio, 2010, p.216).

Ainda que esteja de acordo com estes autores em que a obra mariateguiana não possa, do ponto de vista de sua leitura dos problemas latino-americanos, ser tida como modelar para o conjunto da região, penso, não obstante, que sua exemplari-

Daí o marxista sardo propor também a categoria de “tradutibilidade”, isto é, o problema teórico referente às condições que tornam possível, não apenas a tradução de um texto de uma língua para outra, mas as ideias, de um paradigma a outro ou de uma cultura a outra (Liguori e Vozza, 2017, p.783-784).

dade reside, justamente, na relação estabelecida com o marxismo, deixando de lado a filosofia da história e encarando-o como um método a ser empregado de modo criativo para a construção de interpretações originais sobre realidades históricas indóceis às generalizações universalizantes. Nesse sentido, me parece ser lícito dizer que o peruano abriu caminho para que outros autores, em outras épocas e latitudes do continente, fizessem do marxismo uma linguagem familiar e própria à intelectualidade de esquerda na América Latina.

Referências bibliográficas

- ACHA, Omar; De ANTONIO, Débora. Cartografías y perspectivas del marxismo latinoamericano. In: *A Contracorriente*, v.VII, n.2, Buenos Aires, invierno, 2010.
- ARICÓ, José. Introducción. In: ____ (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo Latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978.
- ____. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ____. O marxismo latino-Americano nos anos da III Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. v.VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FERREIRA, Oliveiros. *Nossa América, Indo-América: a revolução e a ordem no pensamento de Haya de La Torre*. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1971.
- FRANCO, Carlos. Apresentação. In: ARICÓ, José (org.). *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FUNES, Patricia. *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura e Política en los años veinte latino-americanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- GALINDO, Alberto Flores. La agonía de Mariátegui: la polémica con la Comintern. *Obras Completas*. v.I. Lima: Fundación Andina, 1994.
- GALINDO, Alberto Flores; BURGA, Manuel. Apogeo y crisis de la República Aristocrática (1895-1930). In: GALINDO, Alberto Flores. *Obras Completas*. v.I. Lima: Fundación Andina, 1994.
- GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latino-americano (1918-1930): comunismo y nacionalismo*. v.II. Caracas/México D. F./Buenos Aires: Nueva Sociedad/ Nueva Imagen, 1983.
- HALE, Charles. Ideologias políticas e sociais na América Latina (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. v.V. São Paulo: Edusp, 2001.
- HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. Discurso/Programa. *Obras Escojidas*. v.V. Lima: Instituto Haya de La Torre, 2008a.
- ____. El anti-imperialismo y el APRA. *Obras Escojidas*. v.II. Lima: Instituto Haya de La Torre, 2008b.
- ____. El aprismo es una doctrina completa y un método de acción realista. In: MONTESINOS, Jorge Nieto. (org). *Haya de La Torre o La Política Como Mision Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002a.
- ____. El Espacio/Tiempo Histórico. *Obras Escojidas*. v.IV. Lima: Instituto Haya de La Torre, 2008c.
- ____. El Estado anti-imperialista. In: MONTESINOS, Jorge Nieto (org.). *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002b.

- KAYSEL, André. *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- KLAREN, Peter. *Nación y sociedad en la Historia del Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004.
- LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LIGUORI, Guido; VOZZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversário y balance. In: QUIJANO, Aníbal (org.). *Textos básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991a.
- _____. Antecedentes y desarrollo de la acción clasista en el Peru. *Mariátegui Total*. v.II. Lima: Amauta, 1995a.
- _____. Carta a la célula aprista de México. In: QUIJANO, Aníbal (org.). *Textos básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991b.
- _____. La filosofía moderna y el marxismo. In: QUIJANO, Aníbal (org.). *Textos básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991c.
- _____. Punto de Vista Anti-Imperialista. In: QUIJANO, Aníbal (org.). *Textos básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991d.
- _____. Réplica a Luis Alberto Sánchez. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui total*. v.II. Lima: Amauta, 1995b.
- _____. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Estudio Introductorio e Notas de Aníbal Quijano. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008.
- MANRIQUE, Nelson. *Usted fue aprista! Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: PUC/CLACSO, 2009.
- MELLA, Julio Antonio. *Que és el APRA? Selección de escritos de Julio Antonio Mella*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.
- MONTESINOS, Jorge Nieto. Estudio introductorio. In: HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Haya de La Torre o la política como misión civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MUNK, Ronaldo. *Marxism in Latin America/Latin American Marxism?* In: GLASER, D.; WALKER, D. M. (org.). *20th Century Marxism: A Global Introduction*. London/ New York: Routhledge, 2007.
- PARIS, Robert. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. México D. F.: Pasado y Presente, 1980.
- PERICÁS, Luís Bernardo. Mariátegui e o Comintern. *Lutas Sociais*, n.25/26, 2011, p.176-190.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina*. México D. F.: Siglo XXI, 1978.
- _____. O marxismo Latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric. J. (org.). *História do Marxismo*. v.XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A people's history of the third world*. New York: The New Press, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Introducción y notas. In: QUIJANO, Aníbal. (org.). *José Carlos Mariátegui: Textos Básicos*. México D. F.: FCE, 1991.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34; Fapesp; DCP-USP, 2000.

TEIXEIRA, Gilberto Lopes. *Anti-imperialismo e nacionalismo: o debate dos anos 20 nas visões de Julio Antonio Mella e Haya de La Torre*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

TAPIA, Luis. *La producción del conocimiento local. Historia y política en la Obra de René Zavaleta*. La Paz: Editorial Muela del Diablo, 2002.

Resumo

Este artigo procura reconstituir os termos que organizaram as controvérsias, ocorridas no final dos anos 1920, entre três importantes intelectuais e militantes das esquerdas latino-americanas da época: o cubano Julio Antonio Mella e os peruanos Victor Raul Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui. Indagarei pelos usos que cada um fez do marxismo, bem como a vinculação dessas apropriações com os problemas substantivos que organizaram as discussões, como os da atuação do imperialismo e do caráter da revolução na América Latina. Pretendo demonstrar que embora Mella e Haya de La Torre se opusessem em seus diagnósticos políticos, ambos entendiam o materialismo histórico como filosofia da história, divergindo sobre sua aplicabilidade ou não à região. Já Mariátegui, em sua polêmica com Haya de La Torre, atrelaria suas discrepâncias programáticas a uma compreensão distinta do marxismo, tomado enquanto método de interpretação da realidade, o que lhe permitiria superar a oposição entre universalismo e particularismo. Por fim, procurarei fazer um balanço dessas controvérsias à luz de diferentes leituras da história do marxismo latino-americano.

Palavras-chave: marxismo, América Latina, Julio Antonio Mella, Haya de La Torre e Mariátegui.

Abstract

In this article I discuss the terms that organized the controversies, in the late 1920s, between three key figures of the Latin American left at the time: the Cuban Julio Antonio Mella and the Peruvians Victor Raul Haya de La Torre and José Carlos Mariátegui. I interrogate the uses that they made of marxism, as well as the relationship between these appropriations and the substantive problems they addressed, such as imperialism and the character of the Latin American revolution. I shall seek to demonstrate that, even though opposed in their political diagnosis, Mella and Haya de La Torre shared an understanding of historical materialism as a philosophy of history, diverging on its applicability to the region. As for Mariátegui, in his polemic with his compatriot, he held a different understanding of marxism as a historical method of interpretation, which allowed him to transcend the opposition between universality and particularism. Lastly, I shall review these controversies in the light of different readings of the history of Latin American marxism.

Keywords: marxism, Latin America, Julio Antonio Mella, Haya de La Torre and Mariátegui.